

ANDES aposta na continuidade da negociação salarial



FRITZ NUNES

Diretoria do ANDES-SN mantém disposição de negociar com o governo

O ANDES-SN mantém a posição de continuar negociando com o governo as alterações no salário e na carreira. Essa posição foi reiterada na reunião do setor das federais do Sindicato, ocorrida no final de semana dos dias 5 e 6 de abril, em Brasília. A deliberação seria informada aos representantes governistas em audiência com a secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), marcada para a quarta, 9 de abril.

A postura sindical foi reiterada tendo em vista o fato de que o governo encerrou as negociações com o ANDES em dezembro de 2007 e propôs a assinatura de um 'termo de acordo' que obteve a concordância somente da entidade vinculada ao governo, o PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior. Antes se falava que a implantação da mudança salarial, com implicações profundas na carreira seria por Medida Provisória, com efeitos retroativos a março deste ano. Agora, no entanto, circula uma outra informação de que as mudanças seriam via projeto de lei. Logo após a audiência no MPOG, os docentes devem reunir novamente o setor das federais para avaliar o quadro.

De acordo com o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, a categoria docente identifica as

distorções que a proposta do governo introduzirá nas carreiras docentes, por isso, “vamos insistir na continuidade das negociações para que tenhamos a chance de corrigi-las”, afirma. Uma das distorções apontadas por Rizzo é a não incorporação da GAE ao vencimento básico ainda este ano, como o próprio governo havia admitido fazer durante as negociações. “Se o reajuste for, de fato, aplicado sobre a GED, que é outra gratificação, o vencimento básico continuará muito baixo”, explica.

Outro grave problema da proposta do governo, segundo Rizzo, é a criação de uma nova carreira para os professores de 1º e 2º graus. “Apesar de o governo aproximar a remuneração dos docentes da educação básica com a dos docentes do ensino superior, distancia ambas as carreiras ao criar um arremedo de carreira em substituição à atual”, ressalta o presidente do Sindicato Nacional.

O ANDES-SN continuará trabalhando em parceria com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, para recuperar os princípios da carreira docente, mesmo considerando o fato de que a entidade optou por assinar o termo de acordo proposto pelo governo. “A decisão foi tomada pela base deles e temos que respeitar”, afirma Paulo Rizzo.

Educação “pobre”

Embora o governo Lula faça propaganda que aumentou os investimentos em Educação, esta informação não corresponde exatamente à verdade. Quem afirma é o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, que participou do ato de protesto do dia 1º de abril, “contra as mentiras do governo e pela verdade dos trabalhadores”, em São Paulo. Segundo ele, o montante de investimentos em Educação, de fato, aumentou em relação ao governo anterior. Mas como a arrecadação brasileira aumentou muito mais, o percentual do Produto Interno Bruto – PIB investido no setor foi bastante reduzido.

“Hoje, o Brasil investe apenas 3,9% do PIB em Educação. É o percentual mais baixo de todo o continente, considerando todos os países das Américas, do Uruguai ao Canadá. Como se não bastasse o descaso com o setor, o governo prossegue com seu projeto de privatização da educação superior”, denuncia o presidente do Sindicato Nacional.

Os manifestantes presentes ao ato público apontaram diversas outras “mentiras” do governo federal. O coordenador Nacional da Intersindical, Edson Carneiro, lembrou que o governo Lula aprofunda cada vez mais o modelo econômico que antes criticava. “O percentual do PIB utilizado no bolsa-família, o programa social deste governo, é de apenas 1%. O percentual do PIB destinado aos investimentos em infra-estrutura corresponde a outros míseros 1%. Enquanto isso, o governo destinará bilhões para o pagamento das dívidas interna e externa”, alertou o coordenador. (Fonte: ANDES-SN)



Cezar Saccol, 54 anos, jornalista da Rádio Universidade.

“Com relação às fundações nas universidades, eu penso que essa situação de ter uma entidade que trate de agilizar o processo, em princípio, é positiva por facilitar a questão burocrática, porque no serviço público ela é muito complicada. Mas, tem que ver muito bem a questão da administração e da fiscalização dessas entidades. E não é só o caso aqui

da Fatec. Vimos casos recentes em Brasília e em outros lugares e em outros órgãos também onde foi desvirtuada a finalidade. Já aconteceu nos correios, em bancos e em outras entidades. Mas, a culpa em princípio não é da entidade em si, mas de quem a usa de forma errada e fraudulenta, para benefícios próprios. Penso que agora, com o exemplo da Fatec, que está sendo bem administrada, bem cuidada e bem fiscalizada, ela pode ser positiva no sentido de agilizar as coisas burocráticas que normalmente levam muito tempo. Mas deve existir uma fiscalização concreta de todos os atos dessas fundações.”

Pedro Brum Santos, 49 anos, professor de literatura do curso de letras do departamento de Letras Vernáculas.

“As fundações me parece que têm um papel dentro das universidades que às vezes tem sido melhor ou pior cumprido. Eu acho que o futuro das fundações necessita, sobretudo, de mecanismos de fiscalização, de controle, de gerência, e que de fato sejam cumpridos e aperfeiçoados. Mas, penso que o principal ponto, o principal papel, é o efetivo cumprimento da fiscalização do funcionamento das fundações e os limites de ação das fundações. Não vejo que elas devam ser extintas, porque acho que no mecanismo geral dentro da universidade, elas têm uma importância. O que espanta é, como que as próprias prestações de contas, que são regulamentadas, passem com tamanhos descalabros como a gente tem percebido que aconteceu. Eu acho que o ponto fundamental é esse. As fundações são um mal necessário, mas, o que precisa é ter muita clareza com relação as suas limitações de suas ações, e a todos os trâmites e processos fiscalizadores da movimentação financeira que elas fazem e da sua atuação no sentido geral, que de fato não é pequena.”



Ricardo Rondinel, coordenador do curso de Ciências Econômicas.

“Acredito que enquanto não for aprovada a reforma da universidade, dando autonomia às instituições para desenvolver projetos, as fundações continuarão existindo. Parece ser a única alternativa que existe para que se encaminhem projetos facilitando o funcionamento, dado que existem impedimentos legais pelos quais as

universidades não podem atuar sem essa reforma nas instituições de ensino superior.”

ELES DISSERAM

“Ainda bem que o dinheiro foi transportado numa mala. Queria ver como o deputado Bohn Gass faria essa encenação se o dinheiro tivesse sido levado na cueca”. (Deputado estadual Pedro Westphalen, do PP, ironizando encenação realizada pelo parlamentar petista no caso da propina do Detran, durante sessão da CPI. Jornal Zero Hora de 8 de abril de 2008)

“A idéia não é desmontar a instituição, mas fortalecê-la”. (Secretária de Cultura do RS, Mônica Leal, sobre críticas às mudanças que devem ocorrer na administração da TVE e FM Cultura. Correio do Povo, 8 de abril de 2008).

“O que a gente faz é jornalismo”. (Diretora de jornalismo da TV Brasil, Helena Chagas, respondendo críticas a respeito de possível controle sobre notícias da emissora, a partir da acusação de Luiz Lobo, que foi demitido. Folha de São Paulo, 7 de abril de 2008)